



PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE
COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DA BAHIA E A UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, doravante designado **MPE/BA**, por intermédio da Procuradoria Geral de Justiça, inscrito no CNPJ sob o nº 04.142.491/0001-66, com sede na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador-BA, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça em exercício, **Dra. Sara Mandra Moraes Rusciolelli Souza**, e a **UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**, com sede à Rua Augusto Viana, s/n, Canela, Salvador - Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 15.180.714/0001-04, doravante denominada **UFBA**, neste ato representada pelo seu Reitor **JOÃO CARLOS SALLES PIRES DA SILVA**, firmam o presente **TERMO ADITIVO** a **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do período de vigência contido na cláusula quinta do Termo de Cooperação Técnica e Operacional originariamente firmado pelas partes**, que tem por objeto "a realização de ações integradas entre o MPE/BA e a UFBA, em toda a sua área de atuação, no âmbito do Projeto: "MP E OS OBJETIVOS DO MILÊNIO: SAÚDE E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS", em Salvador e na região metropolitana.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

2.1 O período de vigência será **prorrogado por mais 02 (dois) anos**, a contar do dia **19 de dezembro de 2017**, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, com expressa manifestação dos participantes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cooperação original, bem como do primeiro aditivo, em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.



CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo será publicado de forma resumida no Diário da Justiça Eletrônico do Estado da Bahia, às expensas do Ministério Público, como condição para sua eficácia e validade, nos termos do art. 131, §1º da Lei Estadual nº 9.433/2005.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Salvador-BA, 18 de dezembro de 2017.

Sara Mandra Moraes Rusciolelli Souza
**Procuradora-Geral de Justiça em
exercício do MPE/BA**

João Carlos Salles Pires da Silva
**Universidade Federal da Bahia
UFBA**

TESTEMUNHA 1

TESTEMUNHA 2

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA

CONVOCAÇÃO Nº 06/2018-CGMP/BA

A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º, XXI, do Regimento Interno da Corregedoria Geral do Ministério Público, CONVOCA o Promotor de Justiça Substituto, para participar de reunião na Corregedoria Geral, no dia 13 de março do ano em curso, visando tratar de assunto atinente ao acompanhamento e avaliação do Estágio Probatório, na forma a seguir:

DATA	HORÁRIO	PROMOTOR DE JUSTIÇA
13/03	15:00h	Márcio Bellazzi de Oliveira

Salvador, 08 de março de 2018

TEREZINHA MARIA LÔBO SANTOS
Corregedora-Geral do Ministério Público
Em Exercício

CENTRO DE APOIO ÀS PROMOTORIAS DE MEIO AMBIENTE - CEAMA

RESUMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, CEAMA Nº 04/2018:

PROCESSO Nº:003.0.5296/2018.

Objeto: 01(uma) Atualização da licença perpétua de uso do software Global Mapper para versão 18.0 para 19.1 Stand Alone com ativação eletrônica.

Favorecido: Leonardo Aguiar Martin

Base Legal: Art.60, Inciso I, da Lei nº 9.433/05. Parecer Jurídico nº 168/2018.

Valor: 900,00(Novecentos Reais).

Forma de Pagamento: Ordem Bancária, para crédito em conta corrente.

Dotação Orçamentária: Unidade Gestora 40.101.0009, Projeto/Atividade 6271, Elemento 44.90.40.00

RESUMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, CEAMA Nº. 03/2018:

PROCESSO Nº.: 003.0.4937/2018

Objeto: Renovação, a partir de julho, da revista de Direito Ambiental, com periodicidade trimestral, volumes 91 a 94.

Favorecido: Editora Revista dos Tribunais Base Legal: Art. 60, Inciso II, da Lei nº. 9.433/05. Parecer Jurídico nº. 178/2018.

Valor: R\$ 1.045,00 (um mil e quarenta e cinco reais) Forma de Pagamento: Ordem Bancária, para crédito em conta corrente.

Dotação Orçamentária: Atividade 6271, Elemento 33.90.39.00 da U.G.
40.101.0009

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

GABINETE

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo: 003.0.31451/2017.

Parecer jurídico: 1197/2017.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Universidade Federal da Bahia, CNPJ nº 15.180.714/0001-04.

Objeto do Termo: Realização de ações integradas entre as áreas de atuação das instituições celebrantes, no âmbito do programa "MP e os Objetivos do Milênio: Saúde e Educação de Qualidade para Todos", em Salvador e região metropolitana.

Objeto do aditivo: Prorrogar o prazo de vigência do termo de cooperação original por 02 (dois) anos, a partir do dia 19 de dezembro de 2017.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Superintendente de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, homologa o Pregão Eletrônico nº 84/2017, Processo nº 003.0.27040/2017. Objeto: fornecimento, sob demanda, de vestuário masculino, conforme especificações contidas no edital e seus anexos. Parecer Tec/Jurídico nº 179/2018. Data de Homologação: 08/03/2018. Licitante vencedor: MARIA CURY ANDARI - EPP, CNPJ:04.808.201/0001-70, com o valor total do grupo em R\$ 75.840,60 (setenta e cinco mil oitocentos e quarenta reais e sessenta centavos). Salvador/Ba, 08/03/2018. Frederico Wellington Silveira Soares - Superintendente.